

Economia Azul: mar de riqueza dos brasileiros



SECIRM e BNDES iniciam a implantação do PEM

O BNDES é parceiro da SECIRM na realização do PEM. O estudo estimula o uso sustentável da Amazônia Azul, área marítima, com cerca de 5,7 milhões de km² de extensão, rica em biodiversidade e recursos marinhos.

O edital para seleção do estudo técnico para implantação do PEM na região marinha do Sudeste, que reúne os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo foi lançado no Paineis Brasil da COP28, em Dubai, no ano passado. O estudo é apoiado com recursos do Fundo de Estruturação de Projetos do BNDES, no valor de R\$ 12 milhões, e se junta aos R\$ 7 milhões já aprovados para o estudo semelhante na região Sul. Assim, ao todo, são R\$ 19 milhões em recursos do Banco para fortalecer a economia azul brasileira.

Com duração aproximada de 36 meses, o estudo técnico envolverá a caracterização e o mapeamento dos usos atuais e potenciais do ambiente marinho, o que será fundamental para o desenho do PEM na região. Além de identificar o déficit de investimentos em cada setor estudado, a pesquisa permitirá a formulação de uma política pública para o uso ordenado da Amazônia Azul.

O Coordenador do Comitê Executivo do PEM, na SECIRM, é o Capitão de Mar e Guerra Rodrigo de Campos Carvalho, que ressaltou que 20% do PIB

e 25% dos empregos brasileiros dependem do mar, que corresponde a mais de 40% do território terrestre do país. Explicou, também, que entre as ações do PEM estão a de regulação jurídica, planejamento e organização para impulsionar a economia azul no país, dizendo que: “o que ocupava o mar no passado era apenas a pesca e a navegação, então os conflitos eram menores. Com o avanço tecnológico, novas atividades econômicas como mineração e geração eólica *offshore* tornam o mar cada vez mais disputado. Montar o PEM é como montar um quebra-cabeça com 59 atividades diferentes, com vários recursos, atores e interesses em jogo”.

Economia Azul

O PEM estimulará, nas regiões Sul e Sudeste, o uso compartilhado e sustentável do ambiente marinho e a geração de divisas e empregos, com a necessária segurança jurídica para investidores e para o Estado brasileiro. O objetivo é fomentar a economia azul, respeitando-se interesses ambientais, econômicos, sociais e de defesa nacional.

A expectativa é que, já nos próximos anos, novas vertentes ligadas à importância socioambiental do potencial marinho brasileiro, como corais, águas continentais, socioeconomia das praias e baías sejam incorporadas aos projetos.



Representantes do Comitê Executivo Planejamento Espacial Marinho, do BNDES e da empresa Codex que participaram da reunião na SECIRM.